

O uso do nome social no Ambiente Virtual de Aprendizagem: democratização, universalização e política de permanência estudantil no combate a evasão da população transexual, travesti e não-binária da educação profissional e continuada

The use of the social name in the Virtual Learning Environment: democratization, universalization and student retention policy in combating the evasion of the transsexual, transvestite and non-binary population from professional and continuing education

Tássio Acosta¹

Universidade Federal de São Paulo

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1608-4363>

E-mail: tassioacosta@gmail.com

Recepción: 01.12.2023

Aprobación: 30.12.2023



Resumo: O presente trabalho valoriza as ferramentas existentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e no Moodle para a inclusão do nome social de alunas/os/es transexuais, travestis e não-binários como política de permanência estudantil para estudantes de cursos à distância. As legislações vigentes, bem como a teoria curricular pós-crítica, ancoram a utilização do nome social dessa parcela da população por reconhecerem que os espaços de ensino-aprendizagens podem produzir territorialidades distintas. Sustenta-se as vantagens existentes no AVA/Moodle como, por exemplo, a democratização e universalização do acesso à educação profissional ou ao ensino superior, sobretudo em regiões afastadas dos grandes centros urbanos que não contam com instituições educacionais. Além disso, reconhece-se as inúmeras ferramentas auxiliares existentes na plataforma virtual que podem ser utilizadas para o pleno exercício da cidadania e garantia do direito

¹ Doutor em Educação (Unicamp), Mestre em Educação (UFSCar), Especialista em Ética, valores e cidadania na escola (USP), pedagoga e historiadora. Atualmente realiza estágio de Pós-Doutorado em Educação (Unifesp).

à permanência estudantil de alunas/os/es transexuais, travestis e não-binários, permitindo que continuem a desenvolver os seus estudos. Assim, elas são consideradas políticas de afirmação e de permanência no combate à evasão no ensino superior, além de configurarem um mecanismo crucial para o aumento da educação profissional em cursos livres.

Palavras-chave: nome social, ambiente virtual de aprendizagem, moodle, permanência estudantil

Abstract: This study recognizes the importance of the tools offered by the Virtual Learning Environment (abbreviated as AVA in Portuguese) and Moodle to include the social names transexual, travestite and non-binary students as a school continuity policy for distance learning students. The current laws, as well as the post-critical curriculum theory, serve as grounds for the use of the social name of this population for acknowledging that the teaching-learning spaces are able to produce different territorialities. It is thus concluded that, among the advantages existing on AVA/Moodle such, for instance, democratization and universalization of the access to professional or higher education, especially regions located far from the big urban centers where there are no educational institutions, the countless auxiliary tools existing in the virtual platform can be used for the full exercise of citizenship and to ensure the right to school continuity for transexual, travestite or non-binary students, allowing them to continue to develop their studies. So being, these are considered affirmation and continuity policies in the fight against school evasion in higher education, in addition to being a crucial mechanism for the increase of professional education in free courses.

Keywords: social name, virtual learning environment, moodle, student permanence

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é valorizar as ferramentas existentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Moodle) como mecanismos que visam a inclusão e a democratização do acesso das populações historicamente marginalizadas e apartadas do processo educacional tradicional aos espaços de ensino-aprendizagens. Neste trabalho, especificamente, a discussão será centrada na população transexual, travesti e não-binária com foco nas cidades carentes de instituições de ensino profissionalizante e universitário.

Para um melhor adensamento teórico, este artigo foi dividido em quatro tópicos principais: tecnologias da profusão, tecnologias da informação, tecnologias de gênero, tecnologias para a subjetivação.

As tecnologias da profusão consistem nos distintos trânsitos de dados oriundos da conectividade entre os aparelhos de celular, tablets e computadores, sobretudo com a implementação sucessiva de algoritmos capazes de produzir subjetividades governamentadas.

Com relação às tecnologias da informação, compreende-se que com o advento dos algoritmos e redes sociais, novos direcionamentos foram produzidos na forja de vidas outras. Não obstante, estas formas de organizações virtuais identificam algo antes mais dificilmente possível.

Diante disso, a terceira seção trata das tecnologias de gênero, englobando minuciosos procedimentos éticos, estéticos e políticos capazes de produzir as vidas que merecem ou não serem vividas, bem como as resistências necessárias à heterocisnormatividade.

Por fim, a quarta seção explica as tecnologias para a subjetivação, pensando nas potencialidades quando determinadas linhas limítrofes são discutidas, além dos transbordamentos que tais discussões são capazes de produzir na sociedade e a geração de novas formas de subjetividades.

TECNOLOGIAS DA PROFUSÃO

A popularização dos cursos de educação à distância (EAD) tem sido um duplo convite para debater a sua expansão no Brasil: seus apoiadores defendem que a difusão da modalidade é importante para aumentar não apenas a escolarização e a educação profissional, mas também o acesso das camadas sociais que não teriam o privilégio de estudar em cursos superiores presenciais por diversos motivos (Netto & Souza, 2019). Já seus críticos entendem que a expansão dessa modalidade foi permitida de forma desenfreada e sem os parâmetros necessários para a manutenção da qualidade de ensino, trazendo problemáticas diversas para aqueles que se formam nos cursos de educação continuada, profissional ou de ensino superior (Hermida & Bonfim, 2006).

De acordo com o Censo da Educação Superior (Brasil, 2023a), a expansão de cursos EAD atingiu patamares de 189% nos últimos quatro anos, sendo estes majoritariamente em cursos universitários voltados para a formação de professores. Para Camilo Santana, atual Ministro da Educação (MEC), tamanha expansão é preocupante, pois os alunos participantes do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) apresentam baixos índices de qualidade. Ao mesmo tempo, Santana reconhece a importância de tais cursos para alunos que trabalham e precisam se deslocar entre suas casas e seus locais de trabalho enquanto continuam buscando aprimoramento profissional² para promover melhoras em suas vidas.

Essa dicotomia entre a popularização desenfreada do ensino à distância e a preocupação com a qualidade de ensino ofertada reflete as mudanças nas legislações educacionais realizadas desde o governo interino de Michel Temer.

² Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/mec-anuncia-medidas-para-melhorar-educacao-superior> acesso 22 nov. 2023

Nele, a autorização do MEC para a abertura de novos polos de ensino deixou de ser obrigatória (Brasil, 2017), e passou a ser permitido que 40% da grade de aula dos cursos presenciais fosse ofertada em plataformas virtuais de EAD (Brasil, 2019).

A crítica à mudança das legislações decorre da ausência de um profundo debate com educadores e setores da sociedade civil organizada, sobretudo aqueles que representam a educação e atuam profissionalmente nos espaços de ensino-aprendizagens. Outro ponto que vale destaque foi o contexto político em que tais mudanças ocorreram. Com o Golpe Parlamentar contra a presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff em 2016, a orientação político-econômica do novo governo viu a consolidação de uma série de mudanças.

Apoiadas por setores empresariais e com o Congresso Nacional alinhado aos seus interesses, essas mudanças foram aprovadas sem dificuldades e sem os necessários debates entre os envolvidos com a educação. Saviani (2020) entende que tais mudanças nas legislações abarcam os interesses dos poderes econômicos pertencentes às classes dominantes. Quanto mais a lógica neoliberal adentrar nas esferas de poder, sobretudo no governo e nas políticas públicas educacionais, mais jovens serão formados alienados e subjugados à serventia do capital.

Essa subalternização ao capital decorrerá do enfraquecimento do Estado como agente mediador, principalmente ao relegar às instituições privadas o papel de engrenagem para fazer girar a roda fabril. Logo, Saviani (2017) compreende que

A atual conjuntura se constitui, pois, num momento grave que estamos vivendo no qual a educação é desafiada duplamente: por um lado, cabe-lhe resistir, exercendo o direito de desobediência civil, às iniciativas de seu próprio abastardamento por parte de um governo que se instaurou por meio da usurpação da soberania popular sobre a qual se funda o regime político democrático. Por outro lado, cumpre lutar para transformar a situação atual debelando a crise e assegurando às novas gerações uma formação sólida que lhes possibilite o pleno exercício da cidadania tendo em vista não apenas a restauração da democracia formal, mas avançando para sua transformação em democracia real. (2017, 660)

Entendendo aqui a EAD como tecnologia de dialogicidade de saberes e, conseqüentemente, permitindo o uso da tecnologia da informação visando a emancipação dos sujeitos, vale destacar como esta foi submetida aos interesses ultraliberais.

Tal qual os fios de seda de uma aranha estão preparados para capturar uma presa ao entrar em contato com a sua teia, quando setores empresariais da educação conquistam cadeiras em conselhos consultivos ou influências e lobbies na formulação de políticas públicas, os seus interesses passam a marcar presença

na concepção de novas legislações. Entretanto, possibilidades é possível resistir a e romper com essas relações de poder.

A histórica discriminação contra as populações às margens da heterocis-normatividade no Brasil já foi objeto de diversos estudos (Vencato, 2014; Acosta, 2016; Grossi, 2000; Duque, 2023). Considerando isso, o índice de evasão escolar ou de expulsão familiar pelo não aceitação das identidades de gênero e orientações sexuais de pessoas transexuais, travestis e não-binárias incorre em sérios riscos à sua segurança. Não obstante, há anos o Brasil figura em primeiro lugar absoluto em número de assassinatos contra transexuais e travestis³.

Vergueiro (2015) afirma que “questões como a expulsão de pessoas trans, particularmente travestis e mulheres trans e transexuais, desde as instituições de ensino fundamental, ou as violências cissexistas no âmbito das instituições de ensino superior são duas formas ciscoloniais destas operações de poder” (p. 89). Ainda para a autora (2020), “evidenciar as complexidades e exigências em torno do dispositivo do armário nos séculos XX e XXI, através das dinâmicas de ativismos e in+visibilidades na sociedade, e em tempos de *big data*, apresenta desafios consideráveis para as teorizações trans+feministas sobre público/privado” (p. 457). Acredita-se que a democratização do acesso aos espaços educacionais na modalidade à distância possa contribuir para o aumento da escolarização dessa parcela populacional historicamente discriminada e apartada da educação formal. Consequentemente, um grau de escolaridade mais alto pode servir como mola propulsora para aumentar a taxa de ocupação no trabalho formal e nos espaços de poder.

Tais ressonâncias são percebidas por Gomes, York e Colling (2022), afinal “o corpo não é uma matéria passiva. E o trabalho simbólico que se faz sobre ele nada tem de natural, sendo reflexo de uma estrutura dispersa de regras de subjetivação.” (p. 1130). Logo, são necessárias diversas mudanças estruturais na sociedade brasileira e nos sistemas normativos para estender o direito à população trans e não-binária. Independentemente do âmbito (seja ele das instituições de ensino, de saúde, do judiciário, dentre outras), o mero fato de suas existências deveria sumariamente configurar um direito à vida.

Mais contemporaneamente, o cenário nacional viu emergirem discussões sobre identidades autoentendidas como *gêneros não-binários*.

Ou seja, indivíduos que não serão exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem, mas que irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade,

³ Disponível em <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/> acesso 22 nov. 2023

multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outogeneridade, fluidez em suas identificações. (Reis & Pinho, 2016, 14)

Por conseguinte, essas ‘novas’⁴ formas de identidades, construídas no curso de suas próprias vidas, modificam substancialmente os entendimentos até então consolidados socialmente. Aqui, entende-se que são múltiplas as formas como as pessoas podem se autorreconhecer, sendo fluídas o suficiente ou fixas quando necessárias, de forma tal que cada sujeito produza suas maneiras de viver em busca da paz consigo mesmo. Para tanto, devem ser feitos os investimentos necessários na educação da sociedade para as diferenças poderem ser o ponto de partida do respeito e da harmonia.

Ao mesmo tempo, compreende-se que os choques geracionais podem trazer hiatos e dificuldades referentes à compreensão dessas ‘novas identidades’. Paulo Freire (1983) preconizava a importância da dialogicidade de saberes como práticas de liberdade em vista da emancipação dos sujeitos, pois, para o autor, as mudanças sociais só ocorrerão quando os saberes forem trocados em pé de igualdade, ou seja, de forma horizontal e dialógica.

Nesse sentido, reconhecemos a importância das plataformas virtuais de ensino como espaços de socialização, troca de saberes e encontros geracionais. De acordo com os microdados do Enade (Brasil, 2023b), a faixa etária dos alunos na modalidade à distância é mais diversificada com relação ao ensino presencial. Um exemplo disso é que a EAD conta com o engajamento de mais pessoas com idade superior a 31 anos estudando no mesmo ambiente que os recém-egressos do ensino médio.

Sendo estes espaços plurais e capazes de conectar pessoas de diversas regiões do país em um mesmo curso, os choques culturais podem ser agenciados de forma positiva, tendo em vista a emancipação dos sujeitos. Isso significa que os discentes podem se defrontar com novas perspectivas de autoidentificação e, ao mesmo tempo, suas existências também podem ser pautadas no processo educacional visando a educação para os Direitos Humanos.

⁴ Posto em aspas simples por entendê-las que não são de fato novas, mas sim que seus (auto)reconhecimentos foram evidenciados mais recentemente. Ao mesmo tempo, outras sociedades fazem uso do terceiro gênero, da não-binariedade ou da linguagem inclusiva ao longo de sua história – para saber mais, ler Grossi, 2000; McCallum, 2013.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

O uso das plataformas de ensino à distância vem se intensificando ao longo das últimas décadas, com especial atenção ao decênio recente e com os problemas decorrentes na pandemia da Covid-19. A sua popularização se deu graças às mudanças nas legislações, à ampla oferta de cursos, aos baixos valores das mensalidades (em virtude do grande número de alunos em uma mesma turma – conhecido com *ensalamento*) e ao aumento ao acesso de *smartphones*.

Essa somatória de fatores facilitou a aceitação de cursos de formação inicial e continuada pela população civil e empresarial, principalmente da parcela que utiliza seus celulares e assiste aulas gravadas ou ao vivo em suas respectivas telas. A grande presença de alunos que trabalham e estudam durante o trajeto para casa ou para o trabalho é a materialização dessa especificidade.

Dentre as múltiplas ferramentas disponibilizadas no AVA/Moodle, destaca-se a de inserção do nome social para a participação nas atividades exigidas ao longo do curso. Sejam elas individuais, como os testes e avaliações, ou coletivas, como os fóruns ou a ferramenta *wiki*, utilizada para construir coletivamente textos acerca de um determinado assunto, a inserção do nome social para discentes transexuais, travestis ou não-binários é um importante instrumento de inclusão social.

O nome social pode ser inserido no AVA/Moodle de três formas: 1) a própria pessoa se autoidentifica na matrícula e solicita a inserção do nome social em sua documentação, o que incorrerá na adequação automática no Moodle; 2) a pessoa pode solicitar à tutoria ou ao suporte técnico quando, por motivos diversos, a instituição bloquear a inserção do nome social pela própria pessoa; e 3) a instituição pode deixar o campo de nome social disponível para ser utilizado por todas as pessoas matriculadas no curso quando necessário.

Embora a última maneira seja considerada a mais adequada por evitar que a pessoa que julgar necessário alterar seu nome de registro para seu nome social sofra algum tipo de constrangimento, existe o risco de alguma pessoa alterar seu nome inadvertidamente ou ser vitimada por pessoas que obtenham o acesso de seu login e senha e tenham uma outra agenda a ser cumprida com esse acesso. Sendo assim, muitas instituições de ensino costumam adotar as duas primeiras opções de adequação ao nome social para salvaguardar a proteção de dados.

Em nível federal, o decreto 8.727/2016 (Brasil, 2016) “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis

e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”. Já em nível estadual e/ou municipal, cada ente federativo tem a sua legislação específica a fim de abarcar as necessidades de seu estado ou município.

De acordo com Guimarães, Mallmann e Zanini (2023), pessoas não-binárias ainda encontram dificuldades para adequar seus nomes sociais por não existir uma legislação específica para essa parcela populacional. Muito embora seja possível requerer o nome social em seus documentos oficiais, como transexuais ou travestis, outra dificuldade emerge na questão: a ausência da identificação de ‘gênero não-binário’ ou ‘agênero’ nos documentos oficiais.

Partimos aqui da concepção de que as legislações não são escritas em caráter imutável e definitivo e que as adequações devem ocorrer conforme novas demandas se apresentarem na e pela sociedade. Assim, torna-se urgente a edição de portarias ou decretos específicos para a população não-binária exercer suas cidadanias de forma plena e assegurar seus direitos civis.

Ao mesmo tempo, a utilização de nome social por pessoas transexuais, travestis ou não-binárias já tem forte adesão por parte das instituições de ensino, sobretudo em virtude das legislações específicas para as duas primeiras parcelas populacionais. Por exemplo, existem instituições de ensino que já inserem novas categorias de gênero em seus cadastros discentes para promover políticas de inclusão às diferenças e diminuição da evasão por constrangimentos.

Aqui, percebemos o encontro entre as tecnologias de profusão (abordadas na primeira seção) e as tecnologias da informação, conforme apresentadas nesta seção. A importância desse encontro consiste tanto no reconhecimento da pluralidade identitária existente na contemporaneidade, como na multiplicidade exploratória para abordar a questão que professores passam a ter em seus espaços de ensino-aprendizagem.

A jornada pela sobrevivência da população Trans foi ricamente analisada por Thara Corrêa (2022). Para a trans-ativista, quanto mais as instituições educacionais dificultam a permanência dessa parcela populacional nos espaços de ensino-aprendizagens, mais a sociedade as coloca em risco de sobrevivência. Não obstante, a prostituição acaba sendo considerada a única opção de profissão por muitas transexuais e travestis. Outrossim, não basta apenas que essas pessoas acessem os espaços educacionais - também é necessário pensar em políticas públicas e institucionais específicas para que elas sejam adequadamente acolhidas.

A mediação dessas realidades é vital para a promoção da Educação em Direitos Humanos pois, quanto mais a cisheteronormatividade for posta em discussão, maior será a compreensão de que há vidas silenciadas, invisibilizadas

e subalternizadas para além da heteronorma. Ao mesmo tempo, Acosta (2016) destaca a importância de tomar cuidado para que essa parcela populacional não seja exposta de forma a atentar contra o direito à privacidade, tornando-as exemplos de comportamentos a serem seguidos ou evitados.

Conforme aumenta a presença de transexuais, travestis e não-binários nos espaços educacionais, é preciso investir intensamente na formação continuada dos próprios profissionais da educação. Dito isso, existe a concepção de que o choque geracional e o desconhecimento podem trazer ruídos desnecessários às populações historicamente postas às margens e, como consequência, cabe aos órgãos públicos e privados a formação continuada de seus profissionais para o devido acolhimento das ‘novas’ demandas sociais. Não obstante, também reconhecemos que o fácil acesso aos artigos e revistas, sejam estes acadêmicos ou não, precisam ser mais bem explorados por todos visando à formação continuada. Afinal, a dialogicidade dos saberes é imprescindível para o combate à ignorância, ao preconceito e às discriminações.

Andrade (2012) nos provoca ao afirmar primariamente que “a escola tenta moldar os jovens e seus sonhos em uma única forma, esquece que eles podem ter outros sonhos e objetivos distantes do que a escola tem a oferecer” e, logo em seguida, interrogar “por que tentam enquadrá-los em suas metas e objetivos sem saber o que pensam?” (p. 178). Aqui é possível perceber a existência de uma intencionalidade heterocisnormativa, sobretudo por meio de seu currículo oculto⁵ e em nome da manutenção da norma vigente.

A observância da lei ao direito do uso do nome social se faz necessária justamente para a proteção das vidas historicamente violentadas, de forma a promover a manutenção destas nos espaços de ensino-aprendizagens e evitar que possíveis evasões precarizem ainda mais suas vidas.

Nesse sentido, pensar em políticas de reparação torna-se urgente para a democracia ser, de fato, um direito para toda a sociedade e não um privilégio para uma parcela desta sociedade.

⁵ Discussão apresentada por Silva (1999), o currículo oculto é aqui entendido como precisas tecnologias capazes de produzir corpos dentro da normatividade e aqueles que escapam a ela. Tais tecnologias visam a manutenção da normatividade pautada pelo ideário de nação branco-centrado, heteromasculino e cisnormativo.

TECNOLOGIAS DE GÊNERO

Parte-se do reconhecimento de que “os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder” (Louro, 2014, 45), sobretudo por meio das relações cotidianas empreendidas por seus agentes ou pelos sujeitos ali presentes. Simultaneamente, Lauretis (1994) salienta que “a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução. (...) O gênero, como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso” (p. 209). Portanto, essas ‘novas’ identidades são, na verdade, fruto da própria vivência da sociedade que busca novas formas de autorreconhecimento e identificação frente às suas demandas.

Ao mesmo tempo, tais discussões devem contribuir para a ampliação do reconhecimento das identidades para além da heterocisnormatividade, e não para silenciá-las ou invisibilizá-las. Afinal, “onde há poder, há resistência” (Foucault, 2012, 105). O entendimento do filósofo francês é imprescindível para pensarmos na dinamicidade da sociedade e em como tais tecnologias influenciam e possibilitam novas formas de experimentações corpóreas.

Consequentemente, “a identidade e a diferença são produzidas durante o processo de socialização, um processo permanente de aprendizado cultural, que se estende desde o nascimento até a morte do indivíduo” (Vencato, 2014, 35). Essa aprendizagem é rica o suficiente para trazer à discussão as formas de violências presentes no currículo oculto, por exemplo, e como a própria sociedade perpetua a barbárie. Gemaque, Cavalcanti e Jesus (2021) evidenciam a importância de discutir a existência de vidas para além da heterocisnormatividade, principalmente porque

Embora a escola, nos discursos dos professores e gestores, reconheça e manifeste o direito de todos os estudantes às oportunidades de formação integral e encaminhamento para o mundo do trabalho com qualidade social, fica patente o não-reconhecimento de especificidades da população LGBTI+ nas práticas educativas, no que diz respeito ao acesso com qualidade ao mundo do trabalho (p. 16)

Suas percepções vão de encontro àquelas relatadas por Corrêa (2022) e demonstram como as tecnologias de gênero atendem mais aos interesses da heterocisnormatividade do que quaisquer outras formas de vida que colocam em xeque sua imutabilidade.

Nesse sentido, o currículo intercultural reconhece a importância de produzir emancipações dos sujeitos, mesmo que para isso seja necessário travar batalhas que culminem na experiência de interseccionalidades na *práxis*

educacional. A sua relevância deriva da necessidade de valorizar as múltiplas expressões de vidas e de existências pautadas pela equidade.

Partindo desta premissa, entende-se que “no interior das redes de poder, pelas trocas e jogos que constituem o seu exercício, são instituídas e nomeadas as diferenças e desigualdades” (Louro, 2014, 47). Logo, a questão da heteronorma se torna central no currículo oculto por ser capaz de produzir corpos inteligíveis e ininteligíveis, corpos sadios e anormais mas, sobretudo, também por produzir corpos que escapam.

A inexistência da neutralidade nas instituições faz com que elas tenham seus próprios “símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o ‘lugar’ dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas” (Louro, 2014, 62). Os corpos são investigados, discursos são produzidos e normas são reiteradas naquilo que Foucault (2005, 2008, 2009, 2012) cunhou de *biopolítica* (a forma como o Estado moderno passou a se deter na individualidade do corpo para a construção de um corpo populacional). Mas, ainda assim, as ferramentas disponíveis no AVA/*Moodle* ajudam a resistir à heteronorma e democratizar o acesso e a permanência para que a população transexual, travesti e não-binária ocupe os espaços de ensino-aprendizagens e mitigar possíveis evasões.

Tais ferramentas ajudam na visibilização dessa parcela populacional e, conseqüentemente, podem ser utilizadas na promoção de materiais educacionais visando o combate à evasão enquanto política de permanência estudantil. Carvalho (2015) salienta a importância das tecnologias da informação enquanto práticas de visibilização de existência, sobretudo pelas redes de conexões que podem ser promovidas a partir das postagens, curtidas e compartilhamentos. Assim sendo, ao mesmo tempo em que a tecnologia da informação visibiliza existências de identidades outras, ela também pode colocar em discussão as tecnologias de gênero – tal qual são historicamente construídas e postas ao longo de nosso itinerário socioformativo.

Apesar disso, “é indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz” (Louro, 2014, 84). Isto posto, ao reconhecer que os corpos discentes são marcados pelas normatizações e normalizações existentes naquela mesma sociedade durante a trajetória escolar, rebelar-se contra a heteronorma é uma forma de promover a permanência escolar e a diminuição da evasão por constrangimentos ou violências diversos. É, acima de tudo, o direito à vida.

Para Pelúcio (2014), “a escola tem tido um importante lugar nessa construção dos gêneros. (... pois) são espaços profundamente generificados e orientados por uma silenciosa, mas persistente pedagogia de gênero” (p. 105) com capacidade de produzir comportamentos balizadores e norteadores para a sociedade.

Fabricando corpos inteligíveis e sexualidades sadias, ao mesmo tempo em que empreendem na construção dos corpos considerados abjetos, daqueles que não podem (e não merecem) ser vividos, a tecnologia de gênero direciona quais vidas terão direitos e quais serão tolhidas do pleno exercício de suas cidadanias. Quando as instituições se dedicam a proibir determinadas expressões de sexualidades, gêneros e/ou corpos, o direito à vida é suprimido e suas experiências são negadas no intento de mitigar suas existências.

Será então nesse encontro entre corpos normatizados e corpos às margens da heterocisnormatividade que a questão transexual, travesti e não-binária emergirá nos espaços de ensino-aprendizagens virtuais. Pois, quando essa mesma instituição de ensino se dedica a acolher as pessoas às margens da heteronorma e a facilitar o uso de seus nomes sociais inserindo, a partir de um rápido clique, a adequação no sistema, indubitavelmente essa instituição de ensino ajudará no letramento político do respeito às diferenças sob a perspectiva da Educação em Direitos Humanos.

Nascimento (2019) alerta para os efeitos das diferentes acepções da linguagem, que as instruem quanto à visibilização ou à apagação de corpos, que estão imersos na semântica discursiva de uma língua e seus usuários. Isso indica um aspecto que, por vezes, reducionista, captura e estabelece de forma discricionária um grupo, ora em conjunto, estendendo as relações para além das subjetividades e resistências.

Assim, formas específicas de caracterização de determinados sujeitos incorrem no risco de uma rotulação estigmatizada, cujas reverberações e impacto configuram estratégias sutis de governo.

Entende-se, assim, ser de grande dificuldade atentar-se para a sexualidade humana individualmente, sem dar o devido cuidado para o meio em que ela está inserida, sobretudo por ser um dispositivo histórico (Foucault, 2012) e, por isso, inscrever-se na sociedade, nos espaços de ensino-aprendizagens, nas escolas, nos hospitais e nas legislações.

Carvalho (2018) salienta que “a ambiguidade se configura como o objetivo político final da construção identitária, seja por uma recusa política e subjetiva à categoria “homem”, seja pelo caráter revolucionário atribuído

a essa posição a partir das novas literaturas acionadas” (p. 29). Tais tensionamentos são importantes para enfatizar as demandas desta parcela populacional, sobretudo por já termos exemplos de como as políticas públicas são benéficas quando focalizadas em públicos-alvo específicos.

TECNOLOGIAS PARA A SUBJETIVAÇÃO

O corpo é marcado pela cultura, atravessado por ela e manifestado nela, ao mesmo tempo em que ele não é estático e fixo em seu tempo-espaço, em sua identidade. Ele não apenas dialoga com seu contexto histórico, como também visa produzir entendimentos outros, inteligibilidades diferentes, potências possíveis. Não sendo os corpos meras esponjas que absorvem tudo o que é imposto pelos espaços de ensino-aprendizagens, presenciais ou virtuais, estes serão responsáveis pela (des)construção e (re)produção da expressão de suas identidades individuais.

Louro (2018) destaca que será

através de múltiplas estratégias de disciplinamento, (que) aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle. Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política (2018, 33).

Esses corpos controlados, vigiados e estigmatizados estão circunscritos a uma “pedagogia da sexualidade”, ou seja: processos educacionais que visam produzir corpos assépticos e enfraquecidos para não resistirem à heteronorma. Mas por que seria o corpo o local perfeito para a inscrição de comportamentos? Para o sociólogo Jeffrey Weeks, “embora o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo” (Weeks, 2018, p. 46), ela está inserida na sociedade, dialoga com a moralidade ali presente e, mais do que isso, é capaz de produzir e interditar estes mesmos corpos. Não apenas corpos, mas comportamentos e identidades.

Entretanto, um problema emerge no cenário da não-binariedade. Se, ao nomearmos a sua existência e falarmos sobre ela produzimos discursos acerca, ao mesmo tempo, tais discursos podem aprisionar corpos que buscam exatamente o oposto. A manifestação corpórea plural precisa encontrar possibilidades discursivas para que políticas públicas específicas sejam produzidas de modo a abarcar suas necessidades sem incorrer no risco de, ao não nomear/identificar, reiterar o silenciamento/invisibilização.

Brazão e Dias (2021), em pesquisa quantitativa de método comparativo entre duas universidades sobre a percepção de estudantes sobre gênero não-binário, identificaram não apenas discrepância no (des)conhecimento da não-binariedade, mas também a ausência de debate sobre a questão em seus espaços de ensino-aprendizagem. Quanto a essa problemática, afirmam ser de grande importância a introdução da temática no currículo institucional de forma a promover direitos iguais.

Ainda nesse sentido, Vencato entende que “a cultura nos é ensinada a partir de um processo sutil e contínuo de aprendizagem cultural chamado de socialização” (2014, p. 21), e será por meio deste processo interacional que as noções de naturalidade e imutabilidade, bem como de possibilidades corpóreas para além das até então instituídas socialmente serão produzidas. É importante olhar para os espaços de ensino-aprendizagens dentro de seu próprio contexto histórico para melhor compreender como a pedagogia da sexualidade opera naqueles corpos ali presentes, visto que ela “é uma instituição social, ou seja, está sempre inserida em um contexto sócio-histórico e dialoga com ele em suas práticas cotidianas” (Vencato, 2014, 23). À mesma maneira, a produção de uma pedagogia da sexualidade também não será homogênea e horizontal, pois, o corpo é mutável e produtor de novas inteligibilidades e as malhas do poder presentes nesta pedagogia da sexualidade se atualizarão para, mais uma vez, cooptá-lo.

Sendo assim, as múltiplas formas como as pessoas se identificam, se autorreconhecem e se apresentam para a sociedade são modos já pré-estabelecidos e assimilados pelas relações de poder. Entretanto, isso não significa que tais relações sejam passivas, tranquilas e harmoniosas. Elas ocorrem por meio de tensionamentos, políticas de apagamentos/visibilidades e epistemicídios diversos – daí a importância da utilização do nome social para a visibilidade da população transexual, travesti e não-binária enquanto artefato de existência em um currículo cultural.

Scote e Garcia (2020) frisam as dificuldades que a população trans encontra não apenas no acesso aos espaços de ensino-aprendizagens, mas também em sua permanência como contraponto à evasão escolar. Para os autores, quando a militância trans se faz presente no ambiente universitário, novos entendimentos são formados, especialmente com relação às suas existências e especificidades.

Estando a sexualidade localizada em um contexto histórico, em um dispositivo histórico e, conseqüentemente, forjando comportamentos não apenas individuais, mas, sobretudo, coletivos e contundentes à população, os entendimentos acerca da noção de comportamentos sadios e hostis perpassam pela sociedade,

pela moralidade, por aquilo que é socialmente validado e combatido enquanto tal. Por este exato motivo, a sexualidade/identidade é compreendida como questão social e política a ser constantemente controlada. Não obstante, a referida temática tornou-se plataforma política na contemporaneidade para ambos os espectros político-ideológicos.

Indubitavelmente, “a sexualidade é modelada na junção de duas preocupações principais: com a nossa subjetividade (quem e o que somos) e com a sociedade (com a saúde, a prosperidade, o crescimento e o bem-estar da população como um todo)” (Weeks, 2018, 65). Ao evidenciar a sexualidade em discurso, é possível identificar uma série de elementos que a constituem. Nesse sentido, Miskolci (2010) afirma que “a sexualidade se constrói em uma dinâmica de conhecimento e ignorância entre o que pode ser visível (público) e o que é relegado ao segredo (privado)” (p. 106). Sua afirmação vai de encontro à produção da culpabilização de uma pessoa vitimada por algum crime que, equivocadamente, se esconde no ambiente privado e dificulta que redes de apoio sejam acionadas ao combate da violência sofrida.

Esta dinâmica entre público e privado, o dito e o não dito, o autorizado e o proibido, torna-se bastante perigosa por ser a materialização das políticas de visibilidades, sobretudo porque “a sexualidade não é o problema: ela é o lugar ao qual os problemas se fixam” (Britzman, 2018, 116) –, o que ‘justifica’ a política antigênero empreendida na história recente por setores ultraconservadores da sociedade, tanto em nível mundial como nacional.

Alargando essas concepções, Duque (2023) afirma que

O pós-curriculo e a pós-pedagogia não são menos currículo nem menos pedagogia do que os/as que as/os antecedem, nem sequer uma pura mentira nem uma simples *fake news*. São campos de significação torcidos e que também merecem ser analisados sob a ótica da produção das diferenças, em sentidos e intenções políticas anti-igualitárias. (p. 44)

Portanto, as reverberações que os nomes sociais podem produzir nos ambientes virtuais de aprendizagem vão exatamente ao encontro do pós-curriculo e à pós-pedagogia, dada a torção que essa presente parcela populacional é capaz de impor sobre a heterocisnormatividade. Além disso, ainda para o autor, quando se promove a perseguição às dissidências sexuais e de gênero, bem como às maneiras de expressão por meio da linguagem inclusiva, o objetivo inicial e final permanecem os mesmos: apagar suas existências.

Pensar em vidas para além da heterocisnormatividade é necessário para que suas experiências corpóreas não sejam associadas a sofrimento, marginalização e/ou invisibilização, mas sim que encontrem um amplo aparato de acolhi-

mento. Daí a importância de pessoas transexuais, travestis e não-binárias fazerem uso de seus nomes sociais enquanto política de permanência estudantil, seja no ensino profissionalizante ou universitário. Se o nome é como nos apresentamos ao mundo, suprimir o direito dessa parcela populacional ao uso do nome social dificultará as suas próprias existências e experiências de vida.

Carvalho e Gallo (2023) nos convidam a refletir sobre o fato de que “no lugar da potência em multiplicidade, a vida passou a ser esquadrihada por quadriculados bivalentes: estar ou não estar na norma, condizer a ela ou não, também é questão de vida ou morte” (p. 6). Desconfiar da heteronorma é primordial para que as necropolíticas (Mbembe, 2018) não recaiam em segmentos populacionais já historicamente perseguidos, marginalizados e invisibilizados. Tensioná-la torna-se importante exatamente pela possibilidade de que os corpos que escaparem à heterocisnormatividade tenham o mesmo direito pleno à cidadania.

O encontro geracional presente na EAD é um profícuo espaço de dialogicidades, de existências outras e possibilidades antes não existentes a partir da promoção da Educação em Direito Humanos no respeito às diferenças. Não obstante, será nesse encontro geracional e nas disrupturas ali presentes que o AVA/*Moodle* se tornará uma relevante plataforma para a promoção do respeito às vidas outras e no direito à cidadania para toda a população. Isso, obviamente, desde que as instituições educacionais estejam interessadas em mitigar a invisibilização existente. Caso contrário, o único resultado possível será a reiteração das práticas já vigentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As múltiplas tecnologias presentes em nossos cotidianos – tecnologias da profusão, tecnologias da informação, tecnologias de gênero e as tecnologias para a subjetivação – localizam historicamente a produção dos sujeitos na contemporaneidade. As novas demandas que emergem do *corpus* social exigem aberturas e entendimentos viçosos ao que até então estava posto.

A mutabilidade presente na sociedade, o ‘aparecimento de novas identidades’ e as disputas perante quais vidas merecem ser vividas e quais não gozarão do mesmo privilégio, tensionando ainda mais os conflitos que se fazem presentes no cotidiano. Políticas antigênero, ultraliberalismo, neoconservadorismo, pós-fascismo, precarização e subalternização de vidas às margens da heterocisnormatividade se fortalecem contemporaneamente à medida que vidas outras emergem

à luz da sociedade sem o amparo político-institucional que deveria ser oferecido pelas políticas públicas.

Embora o currículo educacional esteja localizado social e historicamente e exerça um detido controle sobre a produção de corpos, em suas próprias épocas, esses sempre resistiram e sempre resistirão ao intenso controle populacional. Quando o currículo educacional está preparado para as demandas contemporâneas, aqui entendidas como pós-pedagogias e pós-currículos, e insere em suas grades de estudos as questões relacionadas a gêneros e sexualidades, disciplinas voltadas aos Direitos Humanos, debates sobre novas perspectivas e entendimentos sobre vidas e corpos, os espaços de ensino-aprendizagens enunciam a consolidação do respeito e do livre-direito ao exercício da cidadania por todas as pessoas.

Isso permite mudar comportamentos, ampliar olhares e prover o respeito às diferenças, visto que, acima de tudo, o principal objetivo é a valorização das múltiplas formas de vidas e existências. O direito de inserção do nome social para a população transexual, travesti e não-binária nos ambientes de ensino-aprendizagens virtuais é política primeira de permanência estudantil a partir o reconhecimento da existência de vidas outras. Para além desta, diversas outras conquistas, direitos e garantias ainda estão por vir – e que venham!

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- Acosta, T. (2016). *Morrer para nascer travesti: performatividades, escolaridade e a pedagogia da intolerância*. Dissertação de Mestrado. UFSCar.
- Andrade, L. N. de. (2012). *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará.
- Brasil. (2016). *Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016*. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm
- Brasil. (2017). *Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017*. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm
- Brasil. (2019). *Portaria Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019*. Ministério da Educação. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>
- Brasil. (2023a). *Censo da Educação Superior 2023*. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023a. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf

- Brasil. (2023b). *Exame Nacional de Desempenho de Estudantes*. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023b. <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enade>
- Britzman, D. (2018). Curiosidade, Sexualidade e Currículo. In G. Lopes Louro (Ed.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (pp. 83–112). Autêntica.
- Carvalho, A. F. De & Gallo, S. (2023). Anarquizar a clínica em defesa de outras vidas para a educação. *Revista Educação Unisinos*, (27), 1–16. <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/26899>
- Carvalho, M. F. de L. (2015). *"Muito prazer, eu existo!" Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas Trans no Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Carvalho, M. (2018). “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. *Cadernos Pagu*, (52), e185211. <https://doi.org/10.1590/1809444920100520011>
- Corrêa, T. W. (2022). Mulheres transexuais e travestis sobreviventes: onde estão as trans em Sorocaba? *Nhengatu - Revista Iberoamericana para comunicação e cultura contra-hegônica*, (1)6, 301–319. <https://revistas.pucsp.br/index.php/nhengatu/article/view/60863/42506>
- Duque, T. (2023). O Quadro Preso e a Proibição da Linguagem Neutra: ofensiva anti-igualitária em Mato Grosso do Sul. *Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade*, (32)72, 31–49. <https://revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/17713>
- Ferreira Dias, A. & Gomes Brazão J. P. (2021). O que dizem os estudantes sobre gênero não-binário: um estudo comparativo na Universidade Federal de Sergipe e na Universidade da Madeira. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*. (25)3, 2886–2909.
- Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2009). *Segurança, território e população*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2012). *A história da sexualidade I: A vontade do saber*. Edições Graal.
- Freire, P. (1983). *Pedagogia do oprimido*. 12. ed. Paz e Terra.
- Gemaque, R. S.; Cavalcanti, N. C. S. B. & Jesus, J. G. (2021). Nem Só Azul e Rosa: Diversidade Sexual e de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, (2), 1-19. <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13516>
- Gomes, M. S. C; York, S. W & Colling, L. (2022). Sistema ou CIS-tema de justiça: Quando a ideia de unicidade dos corpos trans dita as regras para o acesso aos direitos fundamentais. *REVISTA DIREITO E PRÁXIS*, (13), 1097–1135. <https://www.scielo.br/j/rdp/a/DtJ8FkCWYRGTVBRCWXQctmc>
- Grossi, M. P. (1998). Identidade de Gênero e Sexualidade. Estudos de Gênero. *Cadernos de Area*, (9), 29–46. https://mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/grossimiriam.pdf
- Guimarães, A. P.; Mallmann, R. W. & Zanini, E. O. (2023). O reconhecimento da não-binariedade de gênero a partir da atuação da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul. *Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul*, (2)33, 234–252. <https://revista-defensoria.rs.def.br/defensoria/article/view/588>

- Hermida, J. F & Bonfim, C. R. de S. (2006). A Educação a Distância: história, concepções e perspectivas. *Revista HistedBR on-line*, 166–181. https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4919/art11_22e.pdf
- Lauretis, T. de (1994). A tecnologia do gênero. In H. Hollanda (Eds.), *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura* (pp. 206–241). Rocco. <https://www.scielo.br/j/ep/a/9cqP3hPKsZ7stNzKfBZTb6g>
- Louro, G. P. (2014). *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes.
- Louro, G. L. (2018). *Pedagogias da sexualidade*. In G. Lopes Louro (Ed.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (pp. 7–34). Autêntica.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. n-1 edições.
- McCallum, C. (2013). Nota sobre as categorias "gênero" e "sexualidade" e os povos indígenas. *Cadernos Pagu*, (41), 53–61. <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Cdt3gzm6ZQwGLt-FXXqLVQHf/#ModalHowcite>
- Miscolci, R. (2010). Um corpo estranho na sala de aula. In A. Ambramowicz & V. R. Silvério (Eds.), *Afirmando diferenças: Montando o quebra-cabeça da diversidade na escola* (pp. 13–26). Papirus.
- Nascimento, G. S. (2019). *A língua própria do surdo: a defesa da língua a partir de uma subjetividade surda resistente*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. <http://repositorio.ufes.br/handle/10/11378>
- Netto, H. G. da C & Souza, R. N. P. M. (2019). A importância da Educação a Distância na formação do conhecimento para os Concursos Públicos. *Brazilian Journal of Development*, (5), 4590-4598. https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD4_SA19_ID11451_17092018211855.pdf
- Pelúcio, L. (2014). Desfazendo o gênero. In R. Miskolci & J. Leite Júnior (Eds.), *Diferenças na educação: outros aprendizados*. (pp. 101–152). EdUFSCar.
- Reis, N dos & Pinho, R. (2016) Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. *Revista Reflexão e Ação*, (24), 7–25. <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045/pdf>
- Saviani, D. (2017). Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. *Psicologia Escolar e Educacional*, (21)3, 653–662. <https://www.scielo.br/j/pee/a/Q7rcHqS3xNZKzV9MykSG79q/#>
- Saviani, D. (2020). Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. *Roteiro*, (45), 1–18. <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21512>
- Scote, F. D & Garcia, M. R. V. (2020). Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. *Perspectiva*, 38(2), 1–25. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e65334>
- Vencato, A. P. (2014). A diferença dos outros: discursos sobre diferenças no curso Gênero e Diversidade na Escola da UFSCar. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, (4)1, 211–229.
- Vergueiro, V. (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia.

- Vergueiro, V. (2020). Considerações Transfeministas sobre Linguagem, Imaginação e Decolonialidade: A Identidade de Gênero como Categoria Analítica. *L&S Cadernos de Linguagem e Sociedade*, (21), 452–471. <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/35169>
- Weeks, J. (2018). *O Corpo e a sexualidade*. In G. Lopes Louro (Ed.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (pp. 35–82). Autêntica.